

## POLÍTICA

## REFORMAS

Senadora do PT de Alagoas, calada desde que teve início processo para a sua expulsão do partido, retoma o discurso contra o governo e diz que mudanças na Previdência são para atender "gigolôs do FMI"

HELENA

# Heloísa

## volta ao megafone

DENISE ROTHENBURG  
DA EQUIPE DO CORREIO

Os representantes da chamada ala esquerda do PT vão lutar com lágrimas, manifestações e palestras para tentar mudar o texto das reformas previdenciária e tributária que o governo Luiz Inácio Lula da Silva enviou ao Congresso. A maior prova disso ocorreu nos últimos dois dias, durante seminário sobre o tema promovido pela Federação Nacional do Fisco Estadual (Fenafisco). Com os olhos marejados, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) afirmou que espera não ser punida pelo PT, que não pretende ser maior que o estatuto do partido, mas declarou "não ter condições" de votar a reforma. "Uma reforma que é aplaudida pelos gigolôs do FMI (Fundo Monetário Internacional), pelos parasitas das corporações do capital internacional e pela direita que ao longo da história destruiu o estado por si só já é suspeita", comentou ela, que saiu de lá com um ramalhete de flores, distribuindo autógrafos e posando para fotos.

Para o auditório lotado num dos hotéis de Brasília, Heloísa conclamou a todos a "acabar com a farsa de que a reforma é para ajudar os mais pobres". E foi direta: "O que mais me indigna é que não se fez nada para ajudar o pobre, o bóia fria e ainda desestimula o setor público em atividades que são prerrogativa exclusiva do estado. Não estou aqui para defender corporações. Estou aqui para defender uma concepção de Estado. Quem desenvolve as atividades do setor público e serve

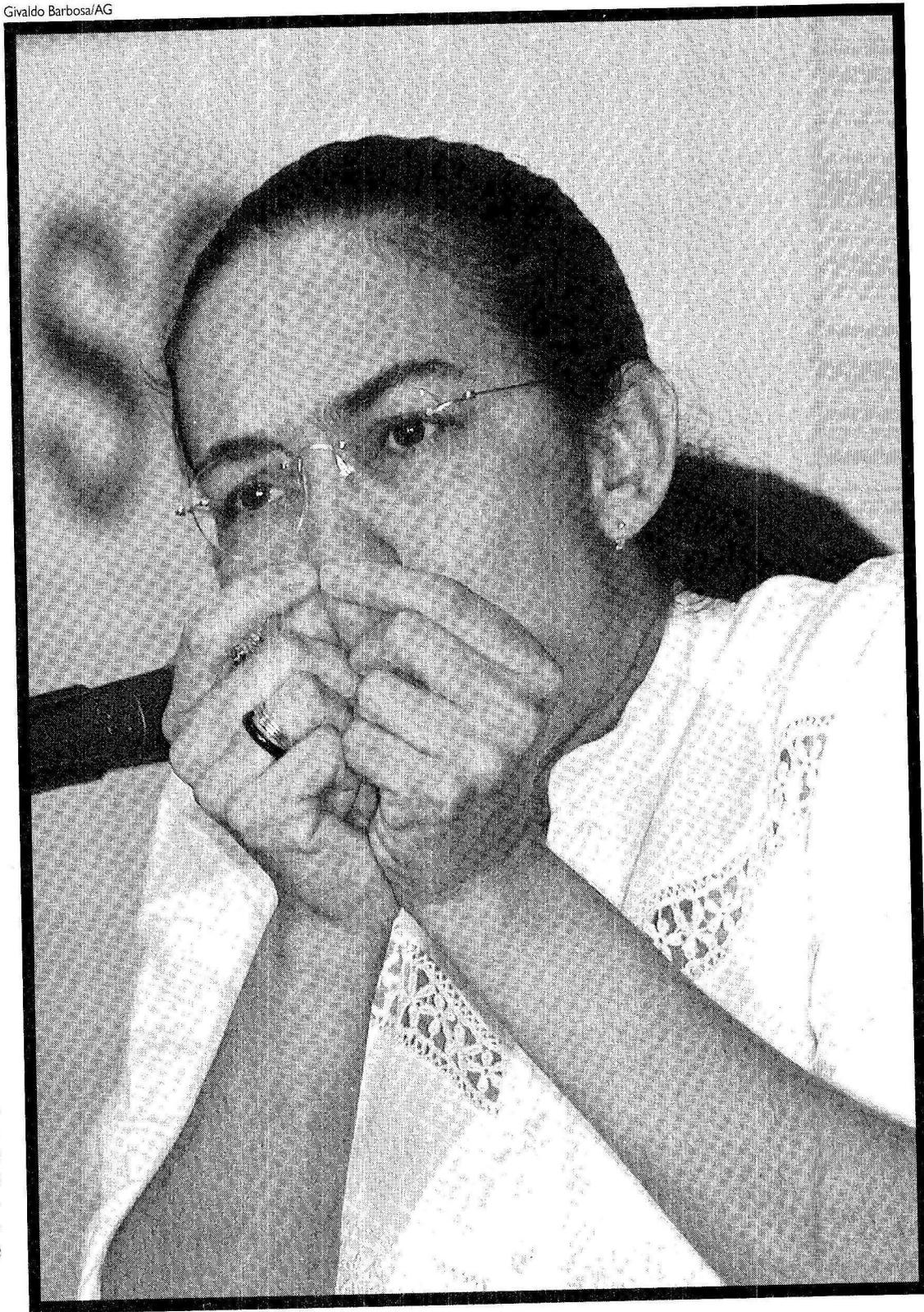
de referência para os mais pobres são os servidores e não os discos voadores do FMI e do capital especulativo", afirmou. "Não é possível que votemos essa reforma dos fundos de pensão, dessa canalha que não dá prego numa broa", completou.

A senadora falou logo depois do deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG), que procurou mostrar as diferenças entre o que o governo propõe para os futuros aposentados no serviço público e as regras em vigor para aqueles que recebem os benefícios pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). "Um servidor público que se aposentar com menos de 60 anos terá mais desvantagens em relação ao pessoal do INSS", comentou, comparando o fator previdenciário ao redutor de 5% que os servidores terão nos seus benefícios se decidirem requerer a aposentadoria antes dos 60 anos. Miranda defendeu ainda regras especiais para carreiras típicas de Estado, como embaixadores. "Essa reforma iguala um embaixador a um lobista. A concepção de estado foi destruída", afirmou.

### Política vergonhosa

As declarações de Sérgio Miranda e Heloísa Helena só reforçaram os argumentos contra a reforma que os fiscais ouviram na noite de segunda-feira do economista César Benjamin, que abriu o seminário. "Fui fundador do PT, dirigente por 15 anos. Votei no Lula. Mesmo quando abstraímos a política macroeconômica reacionária e vergonhosa, verificamos como esse governo é conservador e incapaz de gerar uma grande idéia", disse ele, com lágrimas nos

Givaldo Barbosa/AG



HELOÍSA: "PRECISAMOS ACABAR COM A FARSA DE QUE A REFORMA É PARA AJUDAR OS MAIS POBRES"

olhos. "Podiam chegar e dizer: olha gente, a situação está difícil, mas vamos começar juntos a criar uma promoção por mérito no serviço público. Algo que, daqui a quatro anos, ninguém poderá mexer. Mas vejo que estão nus. perderam a vergonha. Por causa de uma votação aqui outra ali, o partido tal ganha uma subsidiária da Petrobras. Outro partido le-

va cinco deputados para o governo e ganha outro cargo. Que vergonha!", disse Benjamin, declarando-se "indignado e assustado" com o governo Lula.

Constrangimento mesmo passaram Heloísa e Miranda quando a coordenadora dos debates de ontem, Cristina Fonseca, colocou a todo o volume nas caixas de som a declaração do presidente

Lula em maio do ano passado. "Os servidores têm toda a razão de brigar no Supremo (Tribunal Federal). Você não pode mexer. Quem vier aqui dizer que vai mexer com os servidores públicos está mentindo". Heloísa abaixou a cabeça. Sérgio Miranda também. E os 500 fiscais prometeram engrossar a marcha dos servidores hoje em Brasília.

### Corrêa muda o discurso

Em resposta às críticas que recebeu após ter condenado, na semana passada, no discurso de posse, eventuais mudanças no regime previdenciário e remuneratório dos juizes, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Maurício Corrêa, concedeu ontem uma entrevista à TV Justiça, emissora oficial do Judiciário, na qual afirmou que é favorável à reforma da Previdência.

Integrante da Assembleia Constituinte que redigiu a Carta de 1988, Corrêa disse que a Constituição criou muitos direitos e garantias sociais. "Esquecemos de examinar como haveria recurso para cobrir aquilo", reconheceu. "Agora, surge-nos essa oportunidade, realmente, de encontrar-se um mecanismo capaz de conter isso. Evidentemente, que uma reforma dessa natureza só pode ser bem-recebida."

Corrêa, porém, voltou a falar sobre as preocupações com a mudança na remuneração dos juizes decorrentes da eventual fixação de tetos salariais nos estados. Atualmente, em alguns estados, os desembargadores recebem mais do que os ministros do STF. Com a reforma, isso poderia acabar. Pela proposta, os desembargadores ganhariam 75% do que recebem os integrantes do Supremo.

"Quando nós falamos que é necessário que se repense a questão remuneratória e da Previdência, eu referia-me à Justiça Estadual", disse. Se for mantida a proposta, Corrêa afirmou que um juiz substituto federal poderá ganhar mais do que um desembargador estadual. O problema será discutido na próxima semana, durante reunião entre os presidentes de tribunais e de entidades representativas de juizes.